

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

PALÁCIO XIX DE DEZEMBRO

DIRETORIA LEGISLATIVA

Sessão Ordinária do dia 9 de novembro de 2022 - Ata n.º 106.

Aos nove dias do mês de novembro de dois mil e vinte e dois, no Plenário do Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury, à hora regimental, foi registrado o quórum necessário de Parlamentares. O Sr. Presidente, Deputado **Ademar Traiano**, secretariado pelos Sr.^s Deputados **Luiz Claudio Romanelli** (1.^º Secretário) e **Gilson de Souza** (2.^º Secretário), “*sob a proteção de DEUS*”, iniciou os trabalhos da **106.^a Sessão Ordinária da 4.^a Sessão Legislativa da 19.^a Legislatura.**

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): “*Sob a proteção de Deus*”, iniciamos a nossa Sessão Ordinária. Solicito ao Sr. 2.^º Secretário que proceda à leitura da Ata da Sessão anterior.

SR. 2.^º SECRETÁRIO (Deputado Gilson de Souza – PL): Sim, Sr. Presidente. (Procedeu à leitura da Ata da Sessão Ordinária anterior, n.^º 105, de 8 de novembro de 2022.) Era isso o que continha a Ata, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Em discussão a presente Ata. Encerrada a discussão. **Ata aprovada.** (A Ata permaneceu à disposição dos Sr.^s Parlamentares na Secretaria da Mesa até o final da Sessão, para que pudessem retificá-la por escrito se assim desejassem.)

Consulto o 1.^º Secretário se há Expediente a ser lido.

SR. 1.º SECRETÁRIO (Deputado Luiz Claudio Romanelli – PSD): Sim, Sr. Presidente, Sr.^{as} Deputadas e Sr.^s Deputados.

EXPEDIENTE: (Transcrição dos documentos originais, que se encontram sob a guarda das Comissões e Diretorias.)

Ofícios: (Encaminhados à Diretoria Legislativa para providências.) **Ofício n.º 528/2022** do Gabinete do Governador, comunicando a sanção ao Projeto de Lei n.º 358/2022, de autoria do Deputado Arilson Chiorato, que altera o art. 1.º da Lei n.º 16.069, de 3 de março de 2009, convertido na Lei n.º 21.257; **Ofício n.º 530/2022** do Gabinete do Governador do Estado do Paraná, comunicando a sanção ao Projeto de Lei n.º 383/2022, de autoria da Deputada Maria Victória, que concede o Título de Utilidade Pública ao Instituto de Esporte Juventude, com sede no município de Maringá, convertido na Lei n.º 21.261; **Ofício n.º 534/2022** do Gabinete do Governador do Estado do Paraná, comunicando a sanção ao Projeto de Lei n.º 455/2022, de autoria do Poder Executivo, que altera e revoga dispositivos da Lei n.º 21.228, de 6 de setembro de 2022, que dispõe sobre as diretrizes para elaboração e execução da Lei Orçamentária do Exercício Financeiro de 2023, convertido na Lei n.º 21.258. **Ofício n.º 538/2022** do Gabinete do Governador do Estado do Paraná, comunicando a sanção ao Projeto de Lei n.º 323/2022, de autoria dos Deputados Luiz Claudio Romanelli e Alexandre Curi, que concede o Título de Capital do Cimento do Estado do Paraná ao município de Rio Branco do Sul, convertido na Lei n.º 21.260; **Ofício n.º 539/2022** do Gabinete do Governador do Estado do Paraná, comunicando a sanção ao Projeto de Lei n.º 308/2022, de autoria do Deputado Soldado Adriano José, que institui o Dia da Juventude Maçônica, a ser realizado anualmente em 18 de agosto, convertido na Lei n.º 21.255. Era isso o que tínhamos para a tarde desta primeira Sessão desta Assembleia Legislativa.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Não temos nenhum orador inscrito no Pequeno Expediente. No Grande Expediente...

DEPUTADO PROFESSOR LEMOS (PT): No Grande, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputado Professor Lemos. Deputado Dr. Batista, declina. Então, Deputado Professor Lemos no Grande Expediente.

GRANDE EXPEDIENTE: Usou da palavra o Sr. Deputado Professor Lemos.

DEPUTADO PROFESSOR LEMOS (PT): Senhor Presidente, Sr.^s Deputados, Sr.^{as} Deputadas, quero cumprimentar todos e todas, ao tempo em que cumprimento toda a população que acompanha a nossa Sessão a distância, pela TV, pelas redes sociais e também as lideranças que nos visitam hoje nesta quarta-feira. Quero cumprimentar todos e todas. Quero aqui voltar a um tema que já falamos outras vezes, que é a isenção do pagamento de Previdência para servidores e servidoras, cujo salário está abaixo do teto do INSS. Vejam o que São Paulo fez há poucos dias. São Paulo aprovou uma mudança na Constituição Paulista, isentando do pagamento de Previdência todos os servidores aposentados e aposentadas da fração do salário, que é até o teto do INSS, que hoje é R\$ 7.087,00 e todo mês de janeiro é corrigido, corrige-se pela inflação do ano. Então, isso é muito interessante. Aqui, tínhamos a isenção. Os nossos servidores aposentados do Paraná pagavam Previdência a partir do teto do INSS. Com a reforma da Previdência aprovada no início deste Governo, que foi em 2019, passou-se a cobrar Previdência abaixo do teto. Já aprovamos aqui no Paraná que é desnecessário cobrar Previdência dos nossos aposentados e aposentadas, cujo salário está abaixo do teto. Então, tomando como exemplo um servidor que ganha R\$ 8.000,00 por mês e está aposentado, ficaria isento até os R\$ 7.087,00, pagaria Previdência a partir de R\$ 7.087,00. É isso que São Paulo acabou de fazer. É isso que outros Estados já fizeram. Teve Estado que nem incluiu servidores abaixo do teto, para pagar Previdência, quando fizeram a reforma da Previdência. Mas o Paraná fez essa maldade contra os nossos aposentados, já queremos ao Governador que envie para cá uma PEC, porque tem que ser uma Proposta de Emenda Constitucional, para corrigir esta maldade contra os nossos aposentados e aposentadas do Estado. Também observamos que os aposentados, os da reserva remunerada, que são militares, estão pagando

previdência do salário inteiro de aposentado, isso está errado, também tem que haver a isenção até o teto. O salário que ultrapassa o teto paga previdência depois do teto, até o teto não paga previdência. Então, estamos aqui mais uma vez na tribuna para solicitar o envio por parte do Governador desta PEC aqui para a Assembleia para corrigir essa injustiça contra os nossos aposentados. Esse dinheiro que é tirado do aposentado todo mês faz falta para esta família e deixa de entrar na economia, deixa de girar no mercado, faz diferença na economia do Estado do Paraná. Por isso, estamos mais uma vez cobrando do Governador que atenda a essa reivindicação porque ela é muito justa. Quero também aqui cobrar do Governador a reposição salarial da inflação dos nossos servidores e servidoras do Poder Executivo. Já faz tempo que não tem reposição salarial, tem uma ação já ganha pelos servidores, que é o pagamento de 3.39% de uma parcela que não foi paga, de uma lei já aprovada, precisa pagar, o Estado recorreu e perdeu, todas as vezes que recorreu, perdeu, precisa pagar, precisa pagar inclusive retroativo a janeiro de 2017 e precisa implementar daqui para frente no salário de todos os servidores, aposentados, da ativa, pessoal civil e pessoal militar também. Mas também tem a data-base de 2022, que é de 1º de maio a data, não foi paga em maio a data-base deste ano, que é 12.13%. Mesmo em um ano eleitoral, a Constituição e a lei eleitoral e a lei de responsabilidade fiscal permitem pagar a inflação no ano eleitoral. Então, é preciso que o Governo pague o que deve aos servidores. É um absurdo o Governo não respeitar a Constituição, não respeitar os servidores. Portanto, fica aqui também mais uma vez a nossa cobrança para que o Governo pague o que deve aos servidores. E o outro tema que quero tratar aqui é um tema que já tratamos aqui na semana passada e tratamos aqui também na segunda-feira, que é a terceirização de 27 escolas que o Governo quer entregar para a iniciativa privada. São escolas de Curitiba, escolas de Londrina, de Ponta Grossa, de Colombo, de Fazenda Rio Grande, de São José dos Pinhais, é um lote de 27 escolas, o Governo quer entregar, e entregar junto R\$ 800,00 por mês por aluno para empresa privada administrar escolas. As escolas já foram construídas pelo Estado, estão funcionando, já têm direção, já têm quem administre as escolas, não precisa repassar R\$ 800,00 para empresa privada para fazer aquilo

que o Estado já faz, já tem pessoal, já tem toda uma estrutura, tem uma Secretaria de Estado da Educação com muita gente liberada lá, tem 32 núcleos de educação com servidores liberados trabalhando nesses núcleos, tem documentadores também escolares em todos os municípios, tem diretores e diretoras de escolas, tem equipe pedagógica, já fazem administração do pedagógico e também do administrativo. Por que agora o Estado quer entregar essas escolas? E quer entregar junto, todo mês, R\$ 800,00? Fizemos a conta, vai custar R\$ 600,00 por mês para a empresa, ela vai ter um lucro de R\$ 200,00 por aluno por mês. Então, se a escola tem mil alunos, vai receber R\$ 200,00 por aluno por mês, dá R\$ 200 mil. Em doze meses dá 2 milhões e 400 mil, de lucro. Esse dinheiro, esses 2 milhões e 400 mil se fosse entregue para a comunidade escolar, não, vai entregar para a iniciativa privada. Está errado. Esse Projeto chamado *Parceiro da Escola* não é parceiro, a empresa privada vai receber dinheiro do Estado, dinheiro público, dinheiro da educação. Então, não concordamos, tivemos Audiência Pública aqui, a Secretaria da Educação não veio para se explicar, a Paraná Educação não compareceu, o Conselho Estadual de Educação também foi convidado, não compareceu. Mas compareceu o Ministério Público, compareceu a Defensoria Pública, compareceram as escolas, pais, estudantes, professores, funcionários, compareceu a APP-Sindicato, que representa os trabalhadores da educação, compareceram as universidades. E aí o absurdo foi demonstrado em todas as falas. Isso é uma forma de o Governo transferir dinheiro público para enriquecer ainda mais empresários que têm a educação como um negócio, como mercadoria. Então, isso está errado. Estamos cobrando agora também a ajuda do Tribunal de Contas do Estado, do Ministério Público, da Defensoria Pública, para que possamos evitar mais este ataque à escola pública, mais esse ataque ao dinheiro público, porque não tenho dúvida de que isso é mais um desperdício. Já falei aqui na segunda-feira que o Estado resolveu, em 2021, terceirizar a contratação de funcionários de escolas, e contratou para isso 14 empresas privadas. O Estado gastou, em 2020, 320 milhões com 11 mil funcionários de escolas. Agora, em 2022, gastou 536 milhões, foram 216 milhões a mais, que poderia ser aplicado na educação, e não foi, foi para o bolso de 14 empresários.

Tem empresários que são do Paraná e tem empresários que são de outros Estados, que estão aqui recebendo dinheiro da educação para contratar funcionários e colocar trabalhar nas escolas. As escolas estão reclamando, os funcionários estão reclamando, estão recebendo menos do que recebiam quando o contrato era celebrado diretamente pelo Estado. Então, vejam, o Estado gastou 216 milhões a mais. Se fosse contratado diretamente pelo Estado, tinha economizado 216 milhões no ano passado com a contratação de funcionários de escolas. Então, isso é um absurdo, fica mais uma vez aqui o nosso protesto e a nossa cobrança para que o Governador suspenda o Edital n.º 2/2022, publicado pela Paraná Educação, porque esse Edital vai permitir levar dinheiro público para o bolso da iniciativa privada e isso vai fazer falta certamente para a educação pública do Paraná.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Registro a presença na Casa do Presidente da Câmara de Araruna, Sr. Renê Duarte, e do Vereador Olimpinho Caetano, por solicitação do Deputado Arilson Chiorato. Sejam bem-vindos. Da mesma forma, a visita da Câmara Mirim de Iraty, acompanhados do Presidente da Câmara, Hélio de Mello, dos Vereadores Alcides Cézar Pinto, Teresinha Miranda Veres e Vera Maria Gabardo, Coordenadora do Projeto e Diretora-Geral da Câmara Ana Paula Kengerski. Sejam todos bem-vindos. Próximo orador, Deputado Ricardo Arruda. Deputado Tercílio, por favor.

HORÁRIO DAS LIDERANÇAS: Usaram da palavra os Sr.^s Deputados: Ricardo Arruda (PL); Tadeu Veneri (PT); e Homero Marchese (REP).

DEPUTADO RICARDO ARRUDA (PL): Presidente, cumprimento os colegas Deputados, Deputadas, os convidados da Casa e os que nos acompanham pela TV *Assembleia* e demais mídias. Ontem no horário da Liderança do PT nosso colega aqui, Deputado Arilson, fez comentários, mais uma vez, infelizmente, mentirosos. Respeito o Deputado Arilson como cidadão. Como político, lamento muito, porque ele usa a mesma tática do PT, do Lula, o ídolo dele, o ex-presidiário. Só mentiras, mentiras e mentiras. Só mentiras. Aí, olhem as narrativas.

Narrativas mentirosas do PT. Eles ficaram quatro anos aqui, a Bancada do PT agredindo o Presidente Bolsonaro. Xingando de genocida, de vagabundo. Toda semana tinha esse discurso. Aí começaram inventar que tinham 33 milhões de pessoas passando fome. Agora saiu o relatório do Banco Mundial, o Brasil em 2020 teve a menor taxa de gente na linha da pobreza. A menor de todos os tempos. E, na época do PT, quem deixou 50 milhões na linha da pobreza foi o Lula. É só da um Google e pesquisar. Mas temos fonte, aqui é o Banco Mundial. O PT usa a fonte do PT. Não é IBGE. Não é Banco Mundial. Enfim, está aqui, o Brasil teve a maior queda da extrema pobreza na América Latina, 3,5% de queda, Em 2020, 1,9%; 2016, 4,7%; 2017, 5,3%. Então, quem deixou o País na fome foi a gestão corrupta do PT. Isso é normal, onde se rouba não sobra dinheiro para o povo. Mas eles sempre trabalhavam alinhados com a mídia. A *Rede Globo* está adorando isso aqui. Quem sabe vai voltar a receber os bilhões de mídia que o Sr. Lula deve estar acertando. Afinal, ela foi parte muito forte da campanha do Lula. Ficaram quatro anos batendo mentirosamente no Presidente Bolsonaro. Jogando contra o País, jogando contra o povo. Porém, quando escuto aqui o Deputado Arilson dizer que o povo votou para o Lula porque cansou do Governo incompetente do Bolsonaro, interessante que esse Governo incompetente deixou o Brasil super bem qualificado perante o mundo. A economia mais forte que tem hoje, pós-pandemia, é do Brasil. Enquanto as grandes potências estão em inflação, aqui estamos em deflação. O nosso PIB hoje, com o crescimento nosso, está maior do que da China. Nunca houve isso. E hoje as pessoas se manifestam na rua pacificamente e com todo direito constitucional de assim fazê-los e, por incrível que pareça, o PT reclama disso. Reclama e diz que são atos antidemocráticos. Fizeram a vida inteira manifestações. Geralmente destrutivas, com agressões, quebrando patrimônio público, entrando em briga com a polícia. Enfim, vimos isso durante toda a nossa vida aqui no Brasil. E agora eles não conseguem aceitar que hoje o movimento de direita das famílias brasileiras é bem maior do que o movimento de esquerda. E melhor, um movimento pacífico, organizado, que são as famílias que vão gratuitamente às manifestações. Não recebem pão com mortadela, não tem ônibus que vai pegar ninguém não. O

pessoal vai porque quer ir. Vou dizer o porquê que estão se manifestando. Porque todos têm medo desta gestão do PT. Por quê? Todos os corruptos que foram para a cadeia estão voltando ao poder. É inacreditável. É uma vergonha perante o mundo que um ex-presidiário, condenado, que não foi inocentando, pudesse ter concorrido. Teve ajuda do Tribunal Superior, ou melhor, do STF, ajuda do Ministro Fachin. E também ajuda total na campanha do TSE a favor do PT. Isso ninguém pode dizer o contrário. É só pegar tudo que aconteceu durante a campanha e vocês vão ver que o maior apoiador da campanha do Lula foi o Tribunal Superior Eleitoral, presidido pelo Ministro Alexandre de Moraes, que nem poderia estar lá, porque ele sempre foi partidário do PSDB, sempre foi amigo do Alckmin e, por suspensão, ele deveria ter recusado assumir a presidência do Tribunal Superior Eleitoral. E também a população está se manifestando porque estão preocupados. Hoje vivemos no Brasil uma clara insegurança jurídica, além de censura prévia. Isso nem no AI-5 foi como está hoje em dia. Não, não foi. E quem viveu e quem conta a história sabe disso. Hoje não podemos falar. Quem vai julgar o que pode ou não pode falar é o Supremo Tribunal Federal ou o Presidente do TSE. Quando alguém te proíbe de por em dúvida o sistema eleitoral, você responde por crime. Por quê? Acabou o debate. Não se tem mais debate. Não se pode mais expressar uma opinião. Isso, gente, é muito grave. É gravíssimo o que está acontecendo aqui. E é óbvio que a população não aceita. Se o ex-presidiário assumir a presidência, as urnas elegeram ele, mas o povo não. Ele vai continuar um Presidente que não pode andar na rua. Aonde for será chamado de ladrão. Ele sabe disso. Ele teve o apoio aí, fazendo as contas de quem votou no total de eleitor, 40% da população devem ter votado nele, tirando aquelas urnas antigas, que 10 mil urnas deram voto zero para o Bolsonaro. Nunca em nenhuma eleição isso aconteceu. Nunca. Milhares de urnas dando voto zero para um candidato em uma disputa, a disputa mais acirrada que tivemos de todos os tempos. A menor diferença de votos de um candidato para o outro, de um para o outro foi nessa eleição. E, por incrível que pareça, apenas as urnas abaixo de 2020 davam a votação zero para o Bolsonaro. As urnas novas nenhuma deu. Ora, Pastor Gilson, é muito estranho. No mínimo tem que ser investigado. Não é normal isso. Tem

gente que manda aqui a filmagem, o papelzinho, a seção que votou, *oh, votei no* 22. Vai lá ao TSE, zero para o Bolsonaro, para o 22. Ora, se isso aí não é uma prova concreta, o que é prova concreta então? Será que o povo tem que aceitar calado? A população de outros países, Venezuela, Cuba aceitou calada e olha como está hoje. E o que imaginamos que o Brasil vai virar aqui a hora que todos esses corruptos assumirem os ministérios? Tudo que foi feito aqui transparente, no Governo Bolsonaro, com gente séria e competente, por isso que o Brasil está dando certo hoje, que é o País que mais gerou emprego pós-pandemia, que é ao País que está em deflação, que está gerando emprego, que é o quarto País do mundo que mais recebe investimentos internacionais, é o Brasil. Isso se chama credibilidade com o Governo e com o País. Imagina agora nas mãos do ex-presidiário onde vamos parar aqui. É muito grave. Diferentemente todas as ações estatais caíram. O mercado financeiro está preocupado, principalmente com a indicação do novo ministério. E quando o Deputado Arilson aqui, levianamente ainda, somado às mentiras dele, ele diz que tem Deputado aqui que fica aqui perdendo tempo, em vez de trabalhar para o Paraná, desafio o senhor a pegar o meu mandato, os meus projetos e as minhas leis aprovadas e comparar com o do senhor. O senhor teve aqui, Deputado Arilson, 19 leis: sete títulos de utilidade pública, um nome de rodovia que mudou e seis datas comemorativas. Esse é o seu medíocre mandato como Deputado. Mas o senhor foi um guerreiro para ser oposição ao Governo Bolsonaro e ao Ratinho Junior, acho que o senhor foi pago apenas para isso. Trabalhar pelo povo paranaense, o senhor pouco fez ou nada fez. Compare com o meu mandato, com os meus projetos e com minhas leis aprovadas. É fácil! E você que me acompanha entra aqui no site da Assembleia e faz o comparativo. Lanço esse desafio aqui. Vamos ver quem trabalhou para o povo, quem defendeu a família, quem fez projetos importantes para dar liberdade para o povo foi este parlamentar. O outro prefere continuar fazendo leis que pouco importam à população. O outro prefere fazer leis que pouco influenciam na vida de alguém: data comemorativa, título de cidadão, nome de rodovia que muda. Espero que não mude nenhum nome agora de rodovia para pôr o nome do Lula, pelo amor de Deus! Já tem uma avenida em São Paulo que chama Marginal, essa já foi

feita para ele. Espero que aqui não façam algo semelhante. É isso gente, por hoje é isso. E continuo aqui apoiando os brasileiros que querem fazer manifestações legítimas. É um direito. Não queremos que seja aqui interrompido ou tirado o direito de ir e vir das pessoas. Isso está errado. Agora, manifestação e debate têm que continuar para o bem da democracia no nosso Brasil. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD): Registrados a presença na Casa da Vereadora de Nova Santa Bárbara, Sr.^a Professora Helena, por solicitação do Deputado Professor Lemos; do Vereador de Colombo, Pastor Paulinho, por solicitação do Deputado Gilson de Souza. Obrigado pelas presenças. Voltem sempre. Próximo orador, Deputado Tadeu Veneri.

DEPUTADO TADEU VENERI (PT): Senhor Presidente, Sr.^s Deputados, Sr.^{as} Deputadas. Senhor Presidente, algum tempo atrás, um ano, um ano e pouco, havíamos alertado aqui desta tribuna que o Projeto que a Unicesumar, na verdade, não é Unicesumar porque ela foi comprada pela Uniasselvi que faz parte de um grupo – como já falei aqui – um grupo aqui que está em Santa Catarina, mas o grupo é grupo de investidores Vitrus, que é um grupo de investidores americanos, com ações listadas na Bolsa de Valores dos Estados Unidos, não iria chegar àquilo que pretendia a Secretaria da Educação. Não iria dar o resultado que pretendia a Secretaria da Educação. E por que que não iria dar? Porque o projeto previa aulas a distância, professores que teriam que, praticamente, acompanhar 700 alunos/por aula; estavam retirando uma série de condições para que esses alunos pudessesem ter um aprendizado conforme pretendia a Secretaria. O ensino técnico pretendido e que, muitas vezes, foi escrito inclusive por professores dentro das salas de aula e dentro das escolas, não era acompanhado por professores das próprias escolas, eram monitores. Esses monitores pessoas que haviam recém-saído do ensino médio e que poderiam ser monitores ganhando até R\$ 400,00, ou melhor, ganhando apenas R\$ 400,00 por mês. E, por diversas vezes, falamos que era um sistema que estava sendo feito, como falei uma vez, o Paraná se transformou na vanguarda do atraso em termos de experiência da educação. É um sistema que estava sendo feito – que não daria

certo – e, de fato, agora nos chega a notícia de que a parceria milionária entre a Unicesumar nas escolas do Paraná fracassa e o Governo Ratinho recua. A partir de 2023, aulas por TV, da Unicesumar, em um acordo feito que custa R\$ 38,4 milhões, continuarão apenas para turmas em que não houver docente apto a ser contratado. A parceria que foi firmada e isso é uma matéria que foi feita pela jornalista, aliás, competentíssima Jornalista Angeli Maros, está no jornal digital *Plural*. “A parceria de 38 milhões, firmada pelo Governo do Paraná com a empresa privada Unicesumar para administrar aulas a milhares de estudantes de cursos técnicos, não deve ser renovada. Em menos de um ano, a Secretaria se viu pressionada a rever, admitir falhas, muitas apontadas antecipadamente e recuar diante de um modelo que, pela primeira vez, deu ao setor privado o comando de aulas regulares na Educação Básica Paranaense. A informação foi apurada pelo *Plural*, dentro da Seed. A Secretaria já teria comunicado oficialmente as Direções de cerca de 445 colégios vinculados ao modelo, que, ano que vem, as aulas terão que ser dadas por professores, caso haja professores, obviamente, por professores da própria escola. Essa medida definida como ‘ousada’ pelo Governo e que ganhou algum destaque em 2021, foi objeto de uma série de críticas feitas por nós e feitas, também, por especialistas, até porque a Unicesumar nunca conseguiu 100% das turmas com monitores capazes de suprir ao menos uma parte da lacuna deixada pela falta de professores.” Em Cascavel a pressão da comunidade fez a Seed retirar o Centro Estadual de Educação Profissional Pedro Boaretto Neto, CEEP, das escolas. Aqui tivemos inúmeras escolas que nos procuraram para que fossem retirados, esse mecanismo... fossem retirados os computadores ou os monitores das escolas e passasse a ter professores. E esta é uma proposta que não foi feito consulta à comunidade escolar, não foi feito nenhum debate prévio; a licitação feita é uma licitação feita de forma, de base, bastante, diria que, não duvidosa, mas que gera uma série de especulações. A contratação que não aconteceu, veio na sequência de um processo de privatização ou de terceirização dos Agentes I e II, dentro das escolas, quando perdemos, Professor Lemos, cerca de 13 mil PSS e foram contratadas 8 mil pessoas que estão nas empresas fazendo, hoje, limpeza, e a parte de

terceirização dessas escolas com material de péssima qualidade, com um número inferior de funcionários, com pessoas que não estão recebendo. E, agora, a terceira etapa dessa tragédia anunciada é aquilo que o Professor Lemos há pouco aqui citou e que estivemos na Audiência Pública, segunda-feira, que são as 27 escolas que se pretende, em um primeiro momento, terceirizar, e obviamente que essa terceirização deve avançar também se esse processo continuar. Espero que haja um mandado de segurança, mas deve continuar para as universidades. Concedo-lhe um aparte, Deputado Requião.

Deputado Requião Filho (PT): Deputado Tadeu, inclusive o meu gabinete e o seu gabinete, acho que o do Deputado Lemos também, recebeu a denúncia de que a Escola José Richa que atende a mais de 200 crianças especiais foi visitada por uma OSC, uma ONG, tiraram fotos, o Governo prometeu terminar uma obra e entregar para a ONG, sem licitação, sem discussão, sem nada. Então, estamos acompanhando esse caso da Escola José Richa e vamos fazer um pedido de informação aqui para o Secretário, para que nos explique que história é essa que estão entregando uma escola que tem mais de 500 alunos na fila de espera e querem entregar depois de reformar um prédio que está com uma obra parada há 10 anos.

DEPUTADO TADEU VENERI (PT): Exatamente, Deputado Requião. Esse é o modelo que o Governador Ratinho instituiu no Paraná, a terceirização. Não é por acaso que baixou o índice, o índice que temos de comprometimento da folha, baixou de 49 para 39, porque não estamos mais tendo servidores públicos. Estamos vendo terceirização na área de saúde, Deputado Luersen, onde caminhões e motoristas que são caminhões do Estado e motoristas que fariam a entrega de medicamentos, estão no pátio, e, enquanto isso, o Estado contrata uma empresa para fazer a entrega de medicamentos para o Estado. Ora, isso é como você ter um carro em casa, ter um motorista em casa pago por você e em vez de você usar esse carro e esse motorista você contrata Uber. Uma coisa sem... Claro que alguém deve estar ganhando com esse “Uber”, porque é uma coisa surreal, não é razoável que você tenha toda uma frota, todo um pessoal

treinado, você tenha que depois contratar terceiros. Não é razoável que em vez de concurso público você tenha que fazer um processo de terceirização, por exemplo, além da educação, como fez na Polícia Penal, onde um policial penal contratado terceirizado recebe, Deputado Homero, R\$ 3 mil e 800, enquanto um profissional que é contratado por concurso recebe R\$ 6 mil, mas a empresa recebe R\$ 23 mil. O Ministério Público ajuizou ação apontando que o Governo está tendo, e nas palavras do Ministério Público, há um desvio de R\$ 171 milhões. Sei que, muitas vezes, as pessoas têm outra visão do Estado, e é natural que o tenham. Agora, não dá para você começar a olhar o Estado como um espaço para que alguns, principalmente empresas que vivem de intermediação de mão de obra, tenham um lucro fantástico em cima da péssima qualidade que oferecem. Agora, a merenda vai pelo mesmo caminho ou querem fazer o mesmo caminho. Fazem com a educação, fazem com a saúde, fazem com a segurança pública, e ficamos assistindo esse circo de horrores acontecer todos os dias. Por isso, infelizmente, essas experiências têm sido feitas aqui no Paraná e têm mostrado que não são eficazes. A última delas que vai se tentar vai ser a escola militarizada. Hoje, foi para CCJ o Projeto, houve o parecer do Relator, pedi vista no parecer, porque a partir da quarta modificação que se tenta fazer nessa bendita escola militarizada, agora, o policial militar não precisa mais andar nem fardado, nem estar armado. Não precisa ser mais contratado via processo seletivo. Ele vai só fazer a inscrição, a Seed vai analisar o currículo e vai ver se ele pode ou não pode. Ele não precisa mais ficar só quatro anos, ele pode ficar 10 anos. Não se sabe se precisa ser da reserva ou se pode ser, também, profissional que esteja dentro do quartel e que na hora que não estiver lá possa estar na escola. A escola militarizada não deu certo, Governador Ratinho. A terceirização não deu certo. Colocar policiais penais terceirizados não está dando certo. Alguém tem que dizer para o Governador Ratinho que o Governo dele não vai dar certo em cima de coisas que estão dando errado. Ele tem mais quatro anos de Governo, respeitamos. Não somos aqueles que choram quando perdem as eleições. Perdemos e vamos para oposição. Não somos daqueles que lamentam que a urna... Quer dizer, a urna não elegeu o Presidente, mas elegeu o meu Governador. A urna não elegeu o Presidente, mas

me elegeu Deputado. Não somos de chorar essas coisas. O que nós... Um minuto para concluir, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Pois não, Deputado.

DEPUTADO TADEU VENERI (PT): Entendemos que o choro é livre, mas que tem limite a paciência, não é? Agora, diz um ditado, Deputado Michele, o senhor como um bom descendente de italianos, que a caravana passa. E essa caravana vai passar e o choro fica. E o barulho do choro, também, diz que enquanto os cães ladram, a caravana passa. É isso que vai acontecer. Tem muita gente gritando, chorando. Agora, vi que estão fazendo orações nos muros. Uma coisa meio patética. Encostado nos muros, rezando para que o Governo caia. Vão incomodar, mas não vão incomodar tanto quanto gostariam, porque perderam a eleição. O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva assume no ano que vem e, mais ainda, para aqueles que achavam que o Trump era sua segunda alternativa, parece que a coisa não está dando muito certo. Mas eleição é assim mesmo. Ganhamos vamos para o Governo, perdemos vamos para Oposição. Estamos na Oposição há bastante tempo e nós na Oposição derrotamos, inclusive com o voto do Deputado Arilson, os 4 mil por cento de aumento dos cartórios, coisa que muita gente votou a favor.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Registro a presença do Vereador de Colombo, Pastor Carlinhos, por solicitação do Deputado Gilson de Souza. Deputado Homero, pelo Republicanos.

DEPUTADO HOMERO MARCHESE (REP): Senhor Presidente, peço permissão para falar daqui, que é uma fala breve. Até março deste ano de 2022, apenas três Estados disponibilizaram o acesso a uma plataforma chamada *Operador Nacional do Sistema de Registro Eletrônico de Imóveis*, pela qual a partir da digitação do CPF ou do CNPJ dos proprietários de imóveis nesses Estados era possível consultar se eles tinham matrículas de imóveis em todos os cartórios daqueles Estados. Isso facilita enormemente, por exemplo, quando um credor busca cobrar uma dívida e precisa saber se o devedor tem patrimônio, se tem, portanto, bens

no seu nome. E fizemos um ofício ao Tribunal de Justiça – agradeço ao Pedro do meu Gabinete que fez esse ofício –, questionando por que o Paraná não estava incluído nesse sistema. O Corregedor do Tribunal de Justiça, Desembargador Espedito Reis do Amaral, agiu de forma expedita e provocou a atuação da Associação dos Registradores de Imóveis do Paraná, que disponibilizou essa ferramenta para os paranaenses. Então, a partir de agora, qualquer paranaense se quiser saber se determina pessoa ou empresa têm bens imóveis em seu nome, em qualquer local do Paraná, pode entrar nesse site, que é registradores.onr.org.br, digitar o CPF ou CNPJ da pessoa ou da empresa, pagar R\$ 34,00 só e vai ter acesso a ampla relação, se existir bens em nome da pessoa. Antes dessa providência, alguém que quisesse saber e procurar em todos os cartórios de registro de imóveis no Paraná essa informação gastaria R\$ 2 mil e 600. Então, de R\$ 2 mil e 600 para R\$ 34,00. É uma grande medida, que torna mais simples e justa a vida do paranaense, e gostaria de agradecer ao Tribunal de Justiça, à Associação dos Registradores de Imóveis por essa medida. Também comunico, queria agradecer agora a outro assessor nosso, o Rafael, que disponibilizou em nosso site, em nossas redes sociais, há poucas horas, a distribuição das urnas eletrônicas no País, de acordo com o modelo de fabricação das urnas. Era uma curiosidade que as pessoas tinham, especialmente depois da divulgação de um relatório sobre o assunto. E o nosso gabinete fez mais uma vez um levantamento rápido sobre isso, e está disponível para quem quiser saber em que locais de cada Estado as urnas foram distribuídas e os anos dos modelos delas. Muito obrigado, Sr. Presidente!

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Passamos à Ordem do Dia.

ORDEM DO DIA.

[Iniciou-se a apreciação das matérias constantes da Ordem do Dia. Presidente sem voto. Votações realizadas pelo processo simbólico ou através de aplicativo para votações. Para cômputo do quórum, registrou-se a

presença dos seguintes Parlamentares: Adelino Ribeiro (PSD), Ademar Traiano (PSD), Alexandre Amaro (REP), Alexandre Curi (PSD), Anibelli Neto (MDB), Arilson Chiorato (PT), Artagão Junior (PSD), Bazana (PSD), Cantora Mara Lima (REP), Cobra Repórter (PSD), Cristina Silvestri (PSDB), Douglas Fabrício (CDN), Dr. Batista (UNIÃO), Elio Rusch (UNIÃO), Evandro Araújo (PSD), Francisco Bührer (PSD), Galo (PP), Gilberto Ribeiro (PL), Gilson de Souza (PL), Homero Marchese (REP), Jonas Guimarães (PSD), Luciana Rafagnin (PT), Luiz Carlos Martins (PP), Luiz Claudio Romanelli (PSD), Luiz Fernando Guerra (UNIÃO), Mabel Canto (PSDB), Marcio Nunes (PSD), Marcio Pacheco (REP), Mauro Moraes (UNIÃO), Michele Caputo (PSDB), Natan Sperafico (PP), Nelson Justus (União), Nelson Luersen (UNIÃO), Nereu Moura (MDB), Paulo Litro (PSD), Professor Lemos (PT), Reichembach (UNIÃO), Requião Filho (PT), Ricardo Arruda (PL), Soldado Adriano José (PP), Soldado Fruet (PROS), Tadeu Veneri (PT), Tercílio Turini (PSD) e Tiago Amaral (PSD) (**44 Parlamentares**); **Deputados ausentes com justificativa:** Boca Aberta Junior (PROS), conforme § 3º, inciso I art. 97, do Regimento Interno; Coronel Lee (PDC), conforme § 3º, inciso I art. 97, do Regimento Interno; Delegado Jacovós (PL), conforme § 1º art. 104 do Regimento Interno; Goura (PDT), conforme § 3º, inciso I art. 97, do Regimento Interno; Guto Silva (PP), conforme art. 97 § 4º do Regimento Interno (**5 Parlamentares**); **Deputados ausentes sem justificativa:** Delegado Fernando Martins (REP), Marcel Micheletto (PL), Plauto Miró (UNIÃO), Rodrigo Estacho (PSD) e Tião Medeiros (PP) (**5 Parlamentares**).]

Projetos que necessitam de Apoio.

Projetos de Lei: (Com apoio e encaminhados à Diretoria Legislativa para registro, autuação e tramitação.) **Autuado sob o n.º 477/2022**, da Deputada Cristina Silvestri, que institui como rota turística o Caminho das Cachoeiras Centro-Sul/Sudeste; **Autuado sob o n.º 478/2022**, da Deputada Cristina Silvestri, que assegura o direito das mulheres de terem acompanhante, uma pessoa de sua livre escolha, nas consultas e exames em geral nos estabelecimentos públicos e privados de saúde no Estado do Paraná; **Autuado sob o n.º 479/2022**, do

Deputado Homero Marchese, que concede o título de utilidade pública à Associação Luso Brasileira de Capoeira, com sede no município de Curitiba.

Deputados que apoiam permaneçam como estão, os contrários que se manifestem. **Apoiados.**

Passamos aos Itens da pauta.

ITEM 1 – 2.^a Discussão do Projeto de Lei n.^º 272/2021, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.^º 53/2021, que altera a Lei n.^º 17.726, de 23 de outubro de 2013, que trata da criação do Conselho Estadual de promoção da Igualdade Racial. Pareceres favoráveis da CCJ e Comissão de Finanças e Tributação. Substitutivo Geral do Poder Executivo. (**Sobre o Projeto: Emenda de Plenário n.^º 1**, dos Deputados: Luiz Claudio Romanelli, Márcio Nunes, Marcel Micheletto, Requião Filho, Tercílio Turini, Nathan Sperafico, Ademar Traiano, Cristina Silvestri, Nelson Luersen, Adelino Ribeiro, Arilson Chiorato, Soldado Fruet, Boca Aberta Junior, Alexandre Amaro e Francisco Buhrer.) **O Projeto recebeu emenda e retorna à CCJ.**

ITEM 2 – 2.^a Discussão do Projeto de Lei n.^º 395/2022, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.^º 69/2022, que autoriza o Poder Executivo a efetuar a aquisição do imóvel que especifica, localizado nesta capital, que passa a integrar o Patrimônio do Estado do Paraná. Pareceres favoráveis da CCJ e Comissão de Finanças e Tributação. Já de conhecimento de todos os Sr.^s Deputados. Em discussão. Em votação. Como encaminham o voto os Líderes?

DEPUTADO TIAGO AMARAL (PSD): Pedimos o voto “sim”, Sr.^s Deputados.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição encaminha voto “sim” e registra aqui, Presidente, o compromisso da Oposição com a Mesa. Se nos retirássemos do Plenário, não teria quórum para ter as votações.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Agradecemos, Deputado. Registro a presença da Vereadora Francielle, Fran do Salão, de Santo

Antônio da Platina, por solicitação do Deputado Amaro. Seja bem-vinda! Ainda pendentes os votos dos Deputados Elio Rusch, Nelson Justus, Tadeu Veneri, Cantora Mara Lima. Votação encerrada: **[Votaram Sim:** Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Arilson Chiorato, Bazana, Cantora Mara Lima, Dr. Batista, Elio Rusch, Francisco Bührer, Galo, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Homero Marchese, Jonas Guimarães, Luciana Rafagnin, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcio Nunes, Marcio Pacheco, Michele Caputo, Natan Sperafico, Nelson Justus, Nelson Luersen, Nereu Moura, Professor Lemos, Reichembach, Requião Filho, Ricardo Arruda, Soldado Fruet, Tercílio Turini e Tiago Amaral (33 Deputados); **Não Votaram:** Ademar Traiano, Anibelli Neto, Artagão Junior, Boca Aberta Junior, Cobra Repórter, Coronel Lee, Cristina Silvestri, Del. Fernando Martins, Del. Jacovós, Douglas Fabrício, Evandro Araújo, Goura, Guto Silva, Marcel Micheletto, Mauro Moraes, Paulo Litro, Plauto Miró, Rodrigo Estacho, Soldado Adriano José, Tadeu Veneri e Tião Medeiros (21 Deputados).] Com 33 votos favoráveis e nenhum voto contrário, está aprovado o Projeto de Lei n.º 395/2022. Deputado Tadeu, vou registrar o seu voto aqui, Deputado Tadeu. Trinta e quatro votos, com o voto do Deputado Tadeu. Está aprovado o Projeto.

ITEM 3 – 1.^a Discussão do Projeto de Lei n.º 251/2022, de autoria do Deputado Francisco Bührer, que concede o Título de Capital Estadual do Automóvel ao município de São José dos Pinhais. Parecer favorável da CCJ. Em discussão. Em votação. Como encaminham o voto os Líderes? Votando.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição vota “sim”.

DEPUTADO TIAGO AMARAL (PSD): Pedimos o voto “sim”, Sr.^s Deputados.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputado Alexandre Curi, o seu voto. Deputado Alexandre Curi, vamos votar! Votação encerrada: **[Votaram Sim:** Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Bazana, Cantora Mara Lima, Cobra Repórter, Dr. Batista, Elio Rusch, Francisco Bührer, Galo, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza,

Homero Marchese, Jonas Guimarães, Luciana Rafagnin, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcio Nunes, Marcio Pacheco, Michele Caputo, Natan Sperafico, Nelson Justus, Nelson Luersen, Nereu Moura, Paulo Litro, Professor Lemos, Reichembach, Requião Filho, Ricardo Arruda, Soldado Adriano José, Soldado Fruet, Tadeu Veneri, Tercílio Turini e Tiago Amaral (38 Deputados); Não Votaram: Ademar Traiano, Anibelli Neto, Boca Aberta Junior, Coronel Lee, Cristina Silvestri, Del. Fernando Martins, Del. Jacovós, Douglas Fabrício, Evandro Araújo, Goura, Guto Silva, Marcel Micheletto, Mauro Moraes, Plauto Miró, Rodrigo Estacho e Tião Medeiros (16 Deputados).] Com 38 votos favoráveis e nenhum voto contrário, está aprovado o Projeto de Lei n.^º 251/2022. (O Sr. Presidente, Deputado Ademar Traiano, registra em Ata o voto favorável do Deputado Mauro Moraes.)

DEPUTADO MAURO MORAES (UNIÃO): Voto “sim”, Presidente. Não estou conseguindo aqui.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Quem está falando?

DEPUTADO MAURO MORAES (UNIÃO): Mauro Moraes.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputado Mauro, precisa registrar a presença, senão o seu voto aqui não contabiliza. Mas, vamos considerar.

DEPUTADO ALEXANDRE AMARO (REP): Ele está começando agora, Presidente. Tenha calma!

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Projeto aprovado.

ITEM 4 – 1.^a Discussão do Projeto de Lei n.^º 318/2022, de autoria dos Deputados Luiz Claudio Romanelli, Alexandre Curi e Anibelli Neto, que institui no Estado do Paraná a Rota Turística Rota da Princesa, conforme especifica. Pareceres favoráveis da CCJ e Comissão de Turismo. Em discussão. Em votação. Votando. Como encaminham o voto os Líderes?

DEPUTADO TIAGO AMARAL (PSD): Pedimos o voto “sim”, Sr.^s Deputados. Voto “sim”.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição vota “sim”.

DEPUTADO LUIZ FERNANDO GUERRA (UNIÃO): Senhor Presidente, *pela ordem*. Deputado Guerra.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): *Pela ordem*, Deputado Guerra.

DEPUTADO LUIZ FERNANDO GUERRA (UNIÃO): Apenas comunicando à Assembleia e a todo o Sudoeste do Paraná o falecimento do Sr. Geraldo Lovo, grande empresário da cidade de Palmas, na data de ontem, ele que foi pioneiro na produção de maçãs na cidade de Palmas, foi também membro, fundador e conselheiro da primeira faculdade do Sudoeste do Paraná, a Fafi de Palmas, deixando cinco filhos, o Carlos, a Maíse, o José Eduardo, *in memoriam*, o Evandro e o Ricardo. Então, ficam aqui as minhas condolências a toda a família enlutada, a toda a população palmense, que representamos, e a todo o Sudoeste do Paraná por essa pessoa, grande líder, grande empresário e que muito fez pela nossa região.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputado Guerra, por favor, o seu voto também. Deputado Soldado Adriano José.

DEPUTADO TADEU VENERI (PT): Senhor Presidente, *pela ordem*.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): *Pela ordem*, Deputado Tadeu.

DEPUTADO TADEU VENERI (PT): Só para registro, porque obviamente todos sabem, mas só para que fique registrado nesta Casa, acho que todos lamentamos hoje a morte da Gal Costa. É uma pessoa que fez história no Brasil, em todos os períodos da história da música, passou por todas as fases praticamente da música

popular, esteve desde a década de 70. O Deputado Romanelli está fazendo inclusive uma saudação, porque certamente conhece bastante também. Vejo assim, 77 anos, mas uma pessoa que teve muito a contribuir com a cultura brasileira e acho que esta Casa sempre esteve atenta a isso e fica o registro. É mais uma pessoa que perdemos, mas que fez história em nosso País.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Devidamente registrado, Deputado Tadeu. Votação encerrada: **[Votaram Sim:** *Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Bazana, Cantora Mara Lima, Cobra Repórter, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Elio Rusch, Evandro Araújo, Francisco Buhrer, Galo, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Homero Marchese, Jonas Guimarães, Luciana Rafagnin, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcio Nunes, Marcio Pacheco, Mauro Moraes, Michele Caputo, Natan Sperafico, Nelson Justus, Nelson Luersen, Nereu Moura, Paulo Litro, Professor Lemos, Reichembach, Requião Filho, Ricardo Arruda, Soldado Adriano José, Soldado Fruet, Tadeu Veneri, Tercílio Turini e Tiago Amaral (41 Deputados); Não Votaram: Ademar Traiano, Anibelli Neto, Boca Aberta Junior, Coronel Lee, Cristina Silvestri, Del. Fernando Martins, Del. Jacovós, Goura, Guto Silva, Marcel Micheletto, Plauto Miró, Rodrigo Estacho e Tião Medeiros (13 Deputados).]* Com 41 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o Projeto de Lei n.^º 318/2022.**

Registro a presença na Casa do Vereador de Arapongas, Sr. Toninho da Ambulância, por solicitação do Deputado Paulo Litro. Seja bem-vindo.

ITEM 5 – 1.^a Discussão do Projeto de Lei n.^º 326/2022, de autoria do Deputado Tercílio Turini, que insere no Calendário Oficial de Eventos Turísticos do Estado do Paraná a Festa de São Pedro do Deizinho do Vermelho do município de Rolândia. Pareceres favoráveis da CCJ e Comissão de Turismo. Em discussão. Em votação. Votando. Como encaminham o voto os Líderes?

DEPUTADO TIAGO AMARAL (PSD): Pedimos o voto “sim”, Sr.^s Deputados.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição vota “sim”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Vamos votar, Sr.^s Deputados, Alexandre Curi, Artagão, Mauro Moraes. Votação encerrada: **[Votaram Sim:** Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Bazana, Cantora Mara Lima, Cobra Repórter, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Elio Rusch, Evandro Araújo, Francisco Buhrer, Galo, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Homero Marchese, Jonas Guimarães, Luciana Rafagnin, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcio Nunes, Marcio Pacheco, Mauro Moraes, Michele Caputo, Natan Sperafico, Nelson Justus, Nelson Luersen, Nereu Moura, Paulo Litro, Professor Lemos, Reichembach, Requião Filho, Ricardo Arruda, Soldado Adriano José, Soldado Fruet, Tadeu Veneri e Tercílio Turini (39 Deputados); **Não Votaram:** Ademar Traiano, Alexandre Curi, Anibelli Neto, Boca Aberta Junior, Coronel Lee, Cristina Silvestri, Del. Fernando Martins, Del. Jacovós, Goura, Guto Silva, Marcel Micheletto, Plauto Miró, Rodrigo Estacho, Tiago Amaral e Tião Medeiros (15 Deputados).] Com 39 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o Projeto de Lei n.º 326/2022.**

ITEM 6 – 1.ª Discussão do Projeto de Lei n.º 346/2022, de autoria do Deputado Alexandre Amaro, que concede o Título de Utilidade Pública à Associação Atuação Voluntária, localizada no município de São José dos Pinhais. Parecer favorável da CCJ. Como indicam o voto os Líderes?

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição vota “sim”.

DEPUTADO TIAGO AMARAL (PSD): Pedimos o voto “sim”, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Sempre lembrando que temos duas Sessões ainda Ordinárias na sequência. Deputado Galo, seu voto. Homero Marchese, Luiz Carlos Martins, Nelson Luersen, Professor Lemos, Requião Filho, Soldado Adriano e Tadeu Veneri.

SR. 1.º SECRETÁRIO (Deputado Luiz Claudio Romanelli – PSD): Só para registrar aqui na Mesa Diretora dos trabalhos a Prefeita Elisângela Pedroso, da nossa cidade de Carambeí, ela que é uma Prefeita dinâmica e com grandes conquistas, a principal de todas elas uma grande fábrica da Ambev, fábrica de garrafas de vidro, um grande investimento com geração de empregos, uma parceria importante com o Governo do Estado, o apoio do Governador Ratinho. Só registrando aqui a Prefeita Elisângela Pedroso.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Seja bem-vinda, nossa Prefeita. Votação encerrada: **[Votaram Sim:** *Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Bazana, Cantora Mara Lima, Cobra Repórter, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Elio Rusch, Evandro Araújo, Francisco Buhrer, Galo, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Homero Marchese, Jonas Guimarães, Luciana Rafagnin, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcio Nunes, Marcio Pacheco, Mauro Moraes, Michele Caputo, Natan Sperafico, Nelson Justus, Nelson Luersen, Nereu Moura, Paulo Litro, Professor Lemos, Reichembach, Requião Filho, Ricardo Arruda, Soldado Adriano José, Soldado Fruet, Tadeu Veneri, Tercílio Turini e Tiago Amaral (40 Deputados); Não Votaram: Ademar Traiano, Alexandre Curi, Anibelli Neto, Boca Aberta Junior, Coronel Lee, Cristina Silvestri, Del. Fernando Martins, Del. Jacovós, Goura, Guto Silva, Marcel Micheletto, Plauto Miró, Rodrigo Estacho e Tião Medeiros (14 Deputados).]* Com 40 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o Projeto de Lei n.º 346/2022.**

(Não havendo mais matéria a ser deliberada na pauta da Ordem do Dia, passou-se à votação dos Requerimentos.)

REQUERIMENTOS.

Requerimento n.º 3390/2022, do Deputado Marcel Micheletto, solicitando a tramitação em regime de urgência do Projeto de Lei n.º 327/2022. Deputados que aprovam permaneçam como estão. **Aprovado o Requerimento.** (**Requerimento encaminhado à Diretoria Legislativa para providências.**)

Requerimento n.^º 3389/2022, do Deputado Marcel Micheletto, solicitando a dispensa de votação de Redação Final ao Projeto de Lei n.^º 395/2022. Deputados que aprovam permaneçam como estão. **Aprovado o Requerimento.** (Requerimento encaminhado à Diretoria Legislativa para providências.)

Requerimentos aprovados e encaminhados à Diretoria Legislativa para providências.

Requerimentos n.^{ºs} 3377 a 3382 e 3392 a 3396/2022, do Deputado Plauto Miró, solicitando o envio de votos de pesar às famílias pelo falecimento de: Artur Intima; João Darcy Ramos; Julio Cesar de Souza; Lourenço Simionato Netto; Maria Wrobel; Matilde Bueno de Quadros; Almir Dallagassa; Cristiano Mayer; Manoel Cardoso de Oliveira; Neusa Aparecida de Quadros; Marcelo Luiz Busato; **Requerimento n.^º 3384/2022**, do Deputado Tiago Amaral, solicitando o registro e o certificado de menção honrosa à Associação Atlética Rugby Maringá; **Requerimento n.^º 3386/2022**, do Deputado Cobra Repórter, solicitando o envio de expediente ao Secretário de Estado de Infraestrutura e Logística e ao Diretor do DER/PR, requerendo a realização de estudos de viabilidade para a implementação de faixas adicionais de trânsito nos pontos de ultrapassagem da rodovia PR-170, entre os municípios de Porecatu e Rolândia; **Requerimento n.^º 3387/2022**, do Deputado Tercílio Turini, solicitando o envio de votos de congratulações com menção honrosa ao Sr. Lourival Bezerra Motta, que está completando 30 anos de atividade pastoral em Londrina e outros municípios do norte do Paraná; **Requerimento n.^º 3388/2022**, do Deputado Dr. Batista, solicitando o envio de expediente ao Governador do Estado, dando a prioridade para a criação do 4.^º CRBM - Comando Regional Bombeiro Militar de Maringá, com sede no município de Maringá; **Requerimento n.^º 3391/2022**, da Deputada Cantora Mara Lima, solicitando o registro de menção honrosa para a Escola Bíblica de Excelência Ministerial, da Igreja Evangélica Assembleia de Deus; **Requerimento n.^º 3400/2022**, do Deputado Luiz Fernando Guerra, solicitando o envio de votos de pesar à família pelo falecimento do empresário e agricultor Sr. Geraldo Lovo, aos 90 anos de idade, no município de Palmas.

Requerimentos com despacho do Presidente.

Ao Cerimonial, à Diretoria Geral e à Diretoria Legislativa para providências:

Requerimento n.º 3383/2022, do Deputado Luiz Claudio Romanelli, requerendo o uso do horário do Grande Expediente da Sessão Plenária do dia 12 de dezembro de 2022, para ouvir o Sr. Antoninho Caron, Presidente do Centro de Integração Empresa – Escola do Paraná (CIEE/PR), que prestará contas sobre o trabalho realizado por meio do Estágio de Aprendizagem em todo o Paraná; **Requerimento n.º 3385/2022**, do Deputado Alexandre Amaro, solicitando a autorização para se ausentar do país no período de 10 a 18 de novembro de 2022; **Requerimento n.º 3398/2022**, dos Deputados Ademar Traiano, Anibelli Neto, Gilson de Souza, Luiz Claudio Romanelli e Bazana, solicitando a inclusão do Deputado Anibelli Neto como coautor do Projeto de Lei n.º 32/2022; **Requerimento n.º 3402/2022**, do Deputado Goura, solicitando o cancelamento do Requerimento n.º 3374/2022, para correção e posterior protocolo; **Requerimento n.º 3404/2022**, do Deputado Arilson Chiorato, solicitando a retirada do Requerimento protocolado sob o n.º 3401/2022, de sua autoria.

Justificativas de ausência.

Deferido conforme o art. 97, § 4.º do Regimento Interno (o Presidente poderá abonar, no período de um mês ausência injustificada): **Requerimento n.º 3397/2022**, do Deputado Guto Silva, apresentando justificativa de ausência na Sessão Plenária do dia 9 de novembro de 2022.

Deferido conforme o art. 97, § 3.º, I do Regimento Interno (por motivo de doença, mediante apresentação de atestado médico): **Requerimento n.º 3403/2022**, do Deputado Goura, apresentando justificativa de ausência nas Sessões Plenárias dos dias 7 a 9 de novembro de 2022.

Requerimento retirado pelo autor.

Requerimento n.º 3401/2022, do Deputado Arilson Chiorato, solicitando o envio de informações ao Secretário da Saúde Beto Preto, sobre o descumprimento de ordem judicial. **Requerimento retirado pelo autor, conforme Requerimento n.º 3404/2022, protocolado nesta Sessão Ordinária.**

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Nada mais havendo a ser tratado, encerro a presente Sessão, marcando uma outra **Sessão Ordinária** já em seguida, antecipada de segunda-feira, com a **Ordem do Dia** já anunciada no nosso site: 2.^a Discussão dos Projetos de Lei n.ºs 251/2022, 318/2022, 326/2022 e 346/2022; e 1.^a Discussão dos Projetos de Lei n.ºs 247/2022, 297/2022, 344/2022 e 368/2022.

“LEVANTA-SE A SESSÃO.”

(Sessão encerrada às 15h37, tendo sido lavrada a Ata para fins de publicação em atendimento ao disposto no art. 139 da Resolução n.º 11 de 23/8/2016, Regimento Interno.)